

IV Seminário da Rede Gaúcha de Estudos e Pesquisas sobre Educação Profissional e Tecnológica IV Seminário ProfEPT IFRS

As (contra)reformas nas políticas educacionais no Brasil e seus
impactos na Educação Profissional e Tecnológica
28 a 30 de Agosto de 2023

O PERFIL DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EGRESSOS DO IFB NO MERCADO DE TRABALHO

Ricardo Allan de Carvalho Rodrigues ¹

Maria Cristina Caminha de Castilhos França ²

Instituto Federal do Espírito Santo ¹

Instituto Federal do Rio Grande do Sul ²

Eixo Temático: Eixo 3 Trabalho, Educação e Currículo Integrado

Palavras-chave: Educação Profissional; Educação Inclusiva; Mercado de Trabalho.

INTRODUÇÃO

O direito à participação da pessoa com deficiência (doravante PCD) na educação é resultado de manifestações da sociedade ao longo do tempo, que ganharam força nas últimas décadas do século XX, e das primeiras do século XXI. No entanto, cabe ponderar: com todos os esforços, legislações e políticas públicas que permeiam a inclusão na EPT, qual é o perfil desse estudante com deficiência que termina um ciclo formativo nos institutos federais e quais são as características da relação empregatícia que esses egressos, uma vez qualificados, conseguem ao se inserir no mercado de trabalho?

A fim de orientar a investigação, este estudo compreendeu os seguintes objetivos específicos: 1) o perfil dos egressos pelo tipo de deficiência, raça, gênero e idade; 2) tipo de cursos concluídos, 3) vínculo empregatício no mercado de trabalho dos egressos/PCD da EPT.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

A pesquisa apoiou-se, entre outros, nos estudos de Rodrigues e França (2020, p. 53), para os quais, embora existam leis que estabeleçam e garantam a promoção da inclusão nos sistemas educativos às pessoas do público da educação especial, por meio de programas educacionais voltados para a oferta da acessibilidade e a formação de professores, a principal barreira encontrada por esse público é constituída pela barreira atitudinal.

Este estudo também considerou os apontamentos de Santos et al. (p.13,2020), que defendem que os institutos federais devem inserir em seu currículo saberes e experiências que

impulsionem a igualdade da pessoa com deficiência em suas diversas dimensões, como gênero, raça, idade, etc.

Logo, essas questões também devem ter como foco a participação as pessoas da Educação Especial, uma vez que as desigualdades relacionadas à idade, raça e gênero também representam desafios a mais que devem ser superados por esses estudantes, pois se refletem na sua inserção no mercado de trabalho dos egressos PCD, como será demonstrado a seguir.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia fundamentou-se na pesquisa quantitativa descritiva. Para Manzato e Santos (2022, p. 04), a pesquisa quantitativa descritiva trata-se do estudo e da descrição das características das amostras coletadas. As informações foram obtidas da base de dados do mundo do trabalho do Instituto Federal de Brasília – IFB, entre 2011 e 2018 (Brasil, 2023). Esses dados foram cruzados com as informações de empregabilidade disponibilizadas pela Relação Anual de Informações Sociais – RAIS de 2018, também contidas nessa base estatística.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil do público da Educação Especial, egressos da EPT, indicou o total de 296 estudantes, sendo: I) 54(18,24%) com deficiência auditiva; II) 141(47,63%) com deficiência física; III) 16(5,45%) com deficiência mental; IV) 05(1,68%) com deficiência múltipla; V) 80(27%) com deficiência visual. As taxas de reprovação e abandono abrangeram principalmente os estudantes com deficiência sensoriais e intelectuais, o que pode indicar um desequilíbrio no atendimento às especificidades entres os estudantes PCD.

Em relação à questão racial, a composição dos egressos foi assim descrita: I) 05(1,68%) são da raça amarela; II) 62(20,94%) são brancos, III) 01(0,37%) são indígenas; IV) 86(29,05%) não identificaram a raça; V) 113(38,17%) são pardos e VI) 29(9,79%) são da raça negra. Sobre o gênero dos egressos, os dados apresentaram os seguintes totais: I) 158(53,37%) são do gênero feminino; II) 138(46,63%) gênero masculino. Quanto à idade, a maioria dos egressos PCD possui entre 18 e 50 anos (alcançando seu auge entre 31 e 40 anos), descendendo sua participação significativamente a partir dos 51 anos.

O tipo de curso realizados pelos egressos PCD foi assim diagnosticado: I) especialização lato sensu - superior (1,35%); II) formação continuada – nível segundo o curso (25,37%); III) formação inicial – nível segundo o curso (17,9%); IV) licenciatura – superior (0,67%); V) mestrado profissional – superior (0,33%); VI) técnico – nível médio (47,97%); VII) Educação Profissional tecnológica – superior (6,41%).

Estas informações demonstram a importância de que haja a capacitação dos diversos profissionais inclusivos, quanto ao atendimento pedagógico especializado, de modo a contemplar as especificidades de cada estudante PCD em relação às diversas áreas de conhecimento, que vão exigir estratégias distintas a cada avanço curricular desses discentes em seus respectivos cursos. Assim, torna-se evidente a necessidade de articular a política de inclusão com outras políticas de direitos humanos, como as que tratam de raça, gênero, etc., pois são também questões que podem, além da deficiência, ser fonte de outros tipos de discriminação no acesso à escola e ao emprego.

O terceiro tópico contemplou o vínculo empregatício no mercado de trabalho dos egressos/PCD da EPT. Os dados encontrados foram: I) 06(2,03%) possuíam vínculo empregatício como aprendiz, contratado nos termos do art. 428 da CLT, regulamentado pelo Decreto n.º 5.598 de 1º de dezembro de 2005; II) 01(0,33%) possuía vínculo empregatício como servidor público não efetivo (demissível ad nutum ou admitido por legislação especial, não regido pela CLT), III) 14(14,9%) possuíam vínculo empregatício como servidor regido pelo Regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militar, vinculado a Regime Próprio de Previdência; IV) 33(11,14%) egressos PCD possuíam vínculo empregatício como trabalhador urbano (pessoa jurídica) por contrato de trabalho regido pela CLT, por tempo determinado ou obra certa; V) 212(71,6%) possuíam vínculo empregatício como trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado.

Dados sobre o modo de ingresso no mercado de trabalho (uso ou não de cotas), renda média, tempo de empregabilidade, entre outros, não foram utilizados, uma vez que as informações disponíveis na base de dados consultada eram irregulares, para estabelecer sua análise confiável para esta investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa identificou que o principal perfil do egresso da EPT, pessoa com deficiência, do Instituto Federal de Brasília, no período analisado, era predominantemente pessoa com deficiência física, da raça negra ou parda, havendo equilíbrio na proporção de gêneros entre os estudantes. A média de idade dos egressos compreendia jovens e adultos, entre 18 e 50 anos.

Uma vez concluída a formação na EPT, a maioria desses egressos possuíam vínculo empregatício relacionado ao mercado privado, com contrato por tempo indeterminado, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. No entanto, a pesquisa também assinalou a existência de uma desigualdade relacionada ao ingresso, participação e continuidade aos níveis mais elevados de ensino entre os estudantes com deficiência, egressos do IFB desta pesquisa.

Entre as possíveis razões, estão as dificuldades que ainda as políticas públicas de educação têm em oferecer profissionais inclusivos capacitados (intérpretes de LIBRAS, etc.) e recursos pedagógicos (braille, etc.), dentre outros, para o atendimento às especificidades dos estudantes PCD, em destaque, aqueles com limitações sensoriais, intelectuais. Por outro lado identificou-se que a inclusão do público-alvo da Educação Especial na educação profissional é complexa e deve envolver diferentes políticas públicas intersetoriais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Instituto Federal de Brasília-IFB. Plano dedados abertos PDA 2022-2023, 2023. Disponível em:< <https://diretorios.ifb.edu.br/diretorios/1830>>. Acesso em jan. 2023.

MANZATO, Antonio José. SANTOS, Adriana Barbosa. A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa, 2012. Disponível em:< http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf >. Acesso em jan. 2023.

RODRIGUES, Ricardo Allan de Carvalho; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. Contribuições aos saberes em inclusão escolar dos profissionais que atuam nos NAPNEs. **ScientiaTec**: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS, v. 7 n. 4, p. 16-42, 2020.

Disponível em:< <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/3814/2848> >.
Acesso em jan. 2023

SANTOS, Elza Ferreira Santos; SANTOS, Ieda Fraga; NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. Relações de gênero e educação profissional: a presença das mulheres. **Teoria e Prática**, Rio Claro, São Paulo, v. 30, n.63,2020. Disponível em:<<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/13561>>.
Acesso em mar.2023.